3' SEC DIVIS	CRETARIA - DIRETORIA	OO DISTRITO FEDERAL A LEGISLATIVA E APOIO AO PLENÁRIO	NOTAS TAQU	UIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 105ª
(CENTÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) — Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Irei ler uma nota técnica do Projeto de Lei nº 750, de 2015.

"Nota Técnica ao Projeto de Lei nº 750, de 2015.

Durante a elaboração da redação final deste Projeto de Lei, foram detectadas as seguintes inconsistências:

O art. 17 e o art. 19 do projeto original fazem referência ao seu art. 15. No entanto, no processo de emendamento do texto, o art. 15, assim como o art. 16, foram suprimidos (Emenda nº 8). Disso decorre a necessidade de retirar a referência ao art. 15 de ambos os dispositivos, o que foi feito nesta redação final. Cabe lembrar que, também por decorrência dessa supressão, os arts. 17 e 19 do projeto original foram renumerados e aparecem, nesta redação final, como art. 15 e art. 17, respectivamente.

O Anexo II deste Projeto de Lei traz o Termo de Cooperação Técnica referente aos jogos de futebol. O texto aprovado prevê que o Termo é acompanhado de três anexos, que o integram, conforme prevê o parágrafo primeiro de sua cláusula sexta. No entanto, esses três anexos não aparecem no projeto original.

Consultada a Assessoria do Poder Executivo, particularmente o Sr. Sérgio Luiz da Silva Nogueira, Subsecretário de Relações Legislativas da Casa Civil, foi esclarecido que o projeto original não poderia ter trazido a previsão desses anexos, que são documentos adicionais a serem apresentados oportunamente. Dessa forma,

3º SEC DIVIS	ARA LEGISLATIVA D CRETARIA – DIRETORIA ÃO DE TAQUIGRAFIA E R DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQU	IGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	2

por orientação da mesma Assessoria, suprimiram-se as referências explícitas aos anexos do Termo de Cooperação Técnica constante do Anexo II deste Projeto de Lei, de modo a garantir a coerência do texto final."

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

A Presidência vai suspender os trabalhos durante dez minutos, para aguardar o *quorum*.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h29min, a sessão é reaberta às 15h40min.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) - Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, assessores e assessoras, membros da imprensa aqui presentes, profissionais de educação física presentes, eu quero usar esta tribuna hoje para parabenizar o Governo do Distrito Federal, mais especificamente a sua equipe econômica, porque nós estamos ainda no mês de novembro e, segundo dados do portal de transparência Siga Brasília, o Governo do Distrito Federal, Deputado Chico Vigilante, já arrecadou, neste ano, mais de 24 bilhões de reais. Esse recurso já supera em 5 bilhões o que foi arrecadado no ano de 2014. O que eu acho bem interessante também é que este valor é superior ao somatório dos anos de 2009 e 2010.

No ano de 2009, o Governo do Distrito Federal, entre todas as suas fontes, arrecadou 11 bilhões de reais e, no ano de 2010, arrecadou 12 bilhões de reais. No ano de 2015 – na realidade até o mês de setembro, que é o que foi colocado aqui no Portal da Transparência, Presidente Celina Leão –, o Governo do Distrito Federal já arrecadou 24 bilhões. Desses 24 bilhões, mais de 11 bilhões de reais foram de impostos da fonte do Distrito Federal.

Aqui eu quero elencar essas receitas e parabenizar a equipe econômica do Governador Rodrigo Rollemberg, que, com competência, conseguiu restabelecer o caixa do Governo do Distrito Federal. Só de ICMS, até o mês de setembro, Deputado Prof. Reginaldo Veras, foram arrecadados 5 bilhões e 666 milhões de reais; de ISS, 1 bilhão e 200 milhões de reais; de IPVA, mais de 762 milhões; e de IPTU, mais de 549 milhões de reais. As taxas – que são taxas administrativas, taxa de utilização de áreas públicas –, neste ano, somente até o mês de setembro, se deram em mais de 178 milhões reais. De multas de trânsito, foram mais de 136 milhões de reais.

As outras receitas, que envolvem as transferências do Fundo Constitucional, envolvem as receitas infraorçamentárias, receitas de contribuições, operações de

3° SEC DIVIS	ARA LEGISLATIVA D RETARIA – DIRETORIA ÃO DE TAQUIGRAFIA E R DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQU	JIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	3

crédito. Estas se deram em mais de 12 bilhões de reais. Quero destacar que, desse montante de 12 bilhões de reais, 9 bilhões de reais são transferências correntes, ou seja, transferências de convênios, Deputado Prof. Reginaldo Veras, do Governo Federal para o Governo do Distrito Federal.

Então, eu quero, mais uma vez, parabenizar a equipe econômica do governo, que demonstra que tem conseguido tirar Brasília da crise. E quero parabenizar esta Casa também, porque, de uma forma muito responsável, tem aprovado projetos para ajudar a tirar o Distrito Federal da crise.

Lembro que, só até o mês de setembro, foram 24 bilhões de reais arrecadados no ano; este é o maior valor arrecadado desde 2009. Se nós pegarmos os valores das receitas do Distrito Federal, veremos que o que o governo arrecadou no ano de 2015 foi a maior receita dos últimos seis anos. Em 2009, foram 11 bilhões de reais de arrecadação; em 2010, foram 12 bilhões de reais. Esses dois anos foram representativos para o Distrito Federal, porque foram anos em que aconteceu o maior escândalo de corrupção já havido não só no Distrito Federal, mas no Brasil, que foi a Caixa de Pandora — os anos de 2009 e 2010.

No primeiro ano do Governo Agnelo, houve uma arrecadação de 14 bilhões; no ano de 2012, 15 bilhões; no ano de 2013, 17 bilhões; no ano de 2014, 19 bilhões; e agora, um crescimento extraordinário de 19 bilhões para mais de 24 bilhões de reais, isso somente até o mês de setembro deste ano.

Eu acredito que o Governo do Distrito Federal vai chegar até o final do ano com mais de 25 bilhões de reais, Deputado Agaciel Maia, nobre Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta Casa. Acredito que, até 31 de dezembro deste ano, o Governo Distrito Federal vai chegar, sim, a mais de 25 bilhões de reais arrecadados pelos projetos que nós aprovamos nesta Casa.

Quero aqui deixar bem claro que parabenizo o Governo do Distrito Federal, que apertou o cinto e aumentou a sua arrecadação.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) — Na verdade, Deputado Rodrigo Delmasso — e a verdade é bom que se diga —, essas medidas que agora estão ampliando a arrecadação foram tomadas no governo anterior. E eu tenho orgulho de ter participado disso.

Vou citar um dado: a substituição tributária feita hoje no Distrito Federal, que é uma coisa fantástica, porque dificilmente alguém vai conseguir sonegar ao se fazer a substituição tributária.

Uma outra de que eu me orgulho de ter participado, juntamente com o Deputado Agaciel Maia, porque fomos nós dois que defendemos aqui, é a questão do querosene de aviação. Naquele momento a oposição ao Governo Agnelo levantava aqui que nós estávamos abrindo mão de 100 milhões, especialmente a Deputada

3° SEC DIVIS	RETARIA - DIRETORIA	O DISTRITO FEDERAL LEGISLATIVA APOIO AO PLENÁRIO	NOTAS TAQU	IGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO OF	RDINÁRIA	4

Eliana Pedrosa. E a gente dizia que não. Nós dizíamos: "Não, nós estamos diminuindo o preço do ICMS do querosene de aviação. Vai decolar mais voo a partir do Distrito Federal, mais linhas aéreas serão originadas daqui, logo, vai ter mais gente comprando, se hospedando na cidade, circulando riqueza aqui na cidade". E nós acertamos: hoje o Aeroporto de Brasília, no que tange a voos domésticos, é o principal do Brasil, e já é o segundo em voos internacionais, por causa dessas medidas que foram tomadas.

Além disso, essas arrecadações que V.Exa. está mostrando que o Governo do Distrito Federal fez jogam por terra aquela cantilena de que não há dinheiro. Porque eu sempre tenho dito: recurso há, falta competência para gastar o recurso. E está aí, agora, a prova.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO - Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Citei, anteriormente, que o Governo do Distrito Federal arrecadou mais de 178 milhões de reais, Deputado Agaciel Maia – digo a V.Exa., que é Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e que tem feito um trabalho brilhante naquela Comissão, com responsabilidade.

Eu quero fazer uma explicação do montante dessa arrecadação. Deputado Ricardo Vale, dos 178 milhões de taxas, mais de 108 milhões de reais vieram da arrecadação da Taxa de Limpeza Pública, 39 milhões vieram da Taxa de Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos, 14 milhões de reais vieram da Taxa de Fiscalização sobre os Serviços Públicos, 8 milhões de reais vieram da Taxa de Funcionamento e Estabelecimento, 7 milhões de reais vieram da Taxa de Execução de Obras, 261 mil reais vieram da Taxa de Expediente e 117 reais vieram da Taxa de Vistoria de Estabelecimentos — essa taxa na realidade é cobrada quando há uma vistoria para liberação de um alvará de funcionamento. Foram arrecadados 117 reais para pagar a vistoria de quem teve o seu estabelecimento vistoriado para liberação do alvará de funcionamento.

DEPUTADO AGACIEL MAIA - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) — Inicialmente, eu gostaria de parabenizar V.Exa., Deputado Rodrigo Delmasso, que tem sido uma das revelações aqui dos novos Deputados, principalmente pelo grande interesse que V.Exa. tem pelos assuntos de economia e pela experiência que V.Exa. trouxe da assessoria que durante muitos anos exerceu na Câmara dos Deputados. Corroboro tudo o que V.Exa. está falando.

Nós temos ainda, diferentemente das Unidades da Federação, uma grande vantagem que é a nossa capacidade de endividamento, que não atinge nem 20%. Nós podemos fazer endividamento, ou seja, empréstimos junto a organismos internacionais — BNDES ou outros bancos — de mais de 3 bilhões de reais. Eu acho que nosso endividamento está em 300 milhões, por aí.

3° SEC DIVIS	ARA LEGISLATIVA D CRETARIA – DIRETORIA ÃO DE TAQUIGRAFIA E R DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIO	GRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO OR	DINÁRIA	5

Eu costumo dizer que o Governo do Distrito Federal é um elefante amarrado em um pé de alface, ele não explora a força que tem. Por quê? Hoje, nós temos... E discuti isso com o Deputado Chico Vigilante na ocasião em que aquele projeto sobre taxação de áreas verdes utilizadas principalmente pelo pessoal do Lago Sul, Lago Norte e outras áreas de Brasília foi mandado. Por que o governo não faz uma grande força tarefa no sentido de fazer a venda direta dos terrenos que já estão construídos nos condomínios na cidade de São Sebastião, na cidade do Paranoá, na cidade do Itapoã, no Riacho Fundo, Riacho Fundo II? Sem falar a grande quantidade de condomínios, que é uma realidade. As casas estão construídas, a infraestrutura está montada e estão em terras tanto particular...

O governo tem que resolver essa questão. As terras do Governo do Distrito Federal são mais fáceis de fazer porque já pertencem ao governo. Tem que tirar um pouco essa ganância mercantil que a Terracap tem de querer cobrar as benfeitorias que ela não fez, quem fez foram os moradores. Nas terras da União, a exemplo do Incra 8, que votamos ontem, existe facilidade. A União não quer ter terra dentro do Distrito Federal, basta o governo articular que a União passa, faz a doação dessas terras para o Governo do Distrito Federal.

Nós estimamos, ainda num cálculo um pouco rústico, que uma força tarefa que possibilitasse vender esses terrenos diretamente aos proprietários que já moram neles, num preço de terra nua... Fazer a venda compatível com a renda de cada um para ser pago durante dez, quinze anos, sei lá... Com prestações de 1 mil reais nos condomínios mais nobres ou de 1.500 reais, 500 reais, 300 reais, 200 reais nos condomínios mais carentes, de pessoas de renda mais baixa... Com isso, estima-se arrecadar mais de 10 bilhões de reais. Ora, só com a venda direta, resolveríamos todos os problemas financeiros do Governo do Distrito Federal e ainda geraríamos uma capacidade de investimento muito grande.

Acrescenta-se aí o fato de que nós temos aproximadamente mais de 300 mil residências, são milhares de centenas vendidas toda semana, seja por anúncio em jornais, seja agora nesses classificados eletrônicos da internet. Estas, por não terem escritura pública, são vendidas por contrato de compra e venda — o chamado contrato de gaveta, em que você que está vendendo reconhece a sua firma e eu que estou comprando reconheço a minha. Como essa transação não passa pelo cartório, ela não paga o ITBI, que é o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Intervivos. Então, o governo deixa de arrecadar milhões todos os dias porque não tem uma política de regularização fundiária no Distrito Federal.

Quando digo que o governo é um elefante amarrado num pé de alface, é exatamente por isso, porque ele tem força, é forte, é grande, mas não usa essa força em prol da própria população do Distrito Federal. Portanto, V.Exa. está de parabéns pelo seu pronunciamento.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO — Obrigado, Deputado Agaciel Maia. Mais uma vez parabenizo V.Exa. e os membros da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que fizeram um trabalho belíssimo. Quero citar inclusive que esta Casa

3° SEC DIVIS	RETARIA - DIRETORIA	O DISTRITO FEDERAL LEGISLATIVA APOIO AO PLENÁRIO	NOTAS TAQUIO	GRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	6

teve participação direta no aumento dessa arrecadação com a aprovação do REFIS — Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal. Nós aprovamos o refinanciamento, inclusive, fizemos a prorrogação até o dia 30 de novembro, a pedido do setor produtivo. Esta Casa deu essa contribuição.

Mais uma vez quero registrar que esse aumento de mais de 6 bilhões de reais demonstra, sim, que a equipe econômica do governo acertou. Há um trabalho que tem sido feito com os auditores, com a Secretaria de Fazenda, com a Secretaria de Planejamento.

Quero deixar isto registrado: aumento de 6 bilhões de reais na receita; 6 bilhões, Deputado Julio Cesar! Ou seja, no ano passado inteiro, arrecadou-se pouco mais de 19 bilhões; hoje, até o mês de setembro, conforme dados oficiais do Siga Brasília, do Portal da Transparência do Governo do Distrito Federal, mais de 24 bilhões de reais foram arrecadados pelo Governo do Distrito Federal.

Parabenizo o Governador Rodrigo Rollemberg e a sua equipe econômica, que têm conseguido tirar Brasília da crise. Aqui a demonstração está com os números, uma arrecadação superior a 6 bilhões de reais.

DEPUTADO JULIO CESAR - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) — Meu querido amigo Deputado Rodrigo Delmasso, parabéns pelo discurso que V.Exa. faz no dia de hoje, trazendo esses números concretos, demonstrando na verdade que o nosso Governador, juntamente com a sua equipe, está, sim, fazendo uma boa gestão.

Discordo do Deputado Chico Vigilante no momento em que ele diz que está faltando gestão no Governador Rollemberg. Se não tivesse gestão, a receita não teria aumentado como V.Exa. está dizendo. Eu acho que o grande problema que estamos enfrentando realmente é o valor da dívida encontrada quando o governo assumiu no ano de 2015.

Quero ressaltar que todos os Parlamentares, inclusive o Deputado Chico Vigilante, têm realmente nos ajudado muito a fazer com que essa receita aqui no Distrito Federal venha a crescer. Todos os projetos que trouxeram aumento de arrecadação para Brasília tiveram a participação direta do Deputado Chico Vigilante.

Quero parabenizar V.Exa. pelo discurso e, ao mesmo tempo, agradecer aos Deputados da Casa, que têm nos ajudado, sem dúvida alguma, a aumentar a receita. Quem ganha com isso, sem dúvida alguma, são os moradores de Brasília.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) — Na verdade, Deputado Julio Cesar, quem encontrou buraco foi o Governador Agnelo, quando o PSD, que hoje é vice do Rollemberg, deixou o governo através do Sr. Rogério Rosso.

1	3" SEC DIVIS	ARA LEGISLATIVA E CRETARIA – DIRETORI/ ÃO DE TAQUIGRAFIA E R DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQU	JIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11	2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	7

Aí, sim, tinha buraco, mas, em vez de ficar choramingando pelos cantos das paredes, foi administrar e tirar o Distrito Federal dele.

V.Exa. era secretário do Governo Agnelo, o Deputado Rodrigo Delmasso foi subsecretário do Governo Agnelo. Nenhum se arrepende de ter participado do governo. V.Exa. sabe que não ficou buraco nenhum! V.Exa. tem certeza disso. Não ficou buraco deixado pelo Agnelo, porque, se tivesse ficado, teria sido praticado pelos secretários também e V.Exa. não praticou nenhum buraco. O Deputado Rodrigo Delmasso, que era subsecretário, não praticou nenhum buraco. Agora, eu espero, na virada do ano, que o governo realmente pare de olhar o retrovisor e olhe o para-brisa, porque é isso que está faltando no Distrito Federal. Ninguém aguenta mais um ano de choro. Foi um ano chorando. Passou, agora é hora de administrar.

V.Exa. está de parabéns por trazer este tema, para podermos debater claramente as coisas.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO — Só para concluir, Deputado Chico Vigilante, quero deixar claro que agora acredito no governo — concordo com V.Exa. — , com essa arrecadação histórica. Nos últimos seis anos, o Distrito Federal nunca arrecadou tanto como arrecadou no ano de 2015. Isso é histórico. Vou repetir: em 2009, foram 11 bilhões; em 2010, 12 bilhões; em 2011, 14 bilhões; em 2012, 15 bilhões; em 2013, 17 bilhões; em 2014, 19 bilhões; e, em 2015, 24 bilhões. O que acredito agora é que dá, sim, para começar a olhar não só para a frente, mas o governo e a sua equipe econômica, que brilhantemente arrecadou, precisa começar a pagar a dívida que o Estado — não foi governo a, b ou c — adquiriu e que não foram pagas. Obviamente atendendo o princípio da legalidade e o princípio da ordem cronológica, que eu defendo. Inclusive aprovamos um projeto de lei de minha autoria nesta Casa relacionado a essa questão.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Permite-me V.Exa. um aparte? DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) — Muito obrigado, Deputado Rodrigo Delmasso. Eu quero dizer que quando eu crescer quero ser igual a V.Exa. e ter essa capacidade de análise das contas dessa maneira. Mas fica aqui um questionamento simples: se o Distrito Federal arrecadou tanto e se o Deputado Chico Vigilante diz que há dinheiro e não havia rombo, porque tivemos de usar dinheiro do Iprev para pagar salário de servidor? A conta não fecha. Ou arrecadou demais e não tinha conta e alguém está mentindo, ou arrecadou de menos e havia um rombo... Então, essa conta não está fechando, e qualquer cálculo matemático simples vai provar isso. Tem alguma coisa errada nessa história. Mas parabéns a V.Exa. por trazer com clareza para nós, de forma resumida, todo esse processo arrecadatório.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço novamente o aparte de V.Exa.

3' SEC DIVIS	ARA LEGISLATIVA E CRETARIA – DIRETORIA ÃO DE TAQUIGRAFIA I R DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQU	UGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	8

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) — Só para responder ao nosso Deputado Chico Vigilante, na verdade tanto eu quanto V.Exa. nos orgulhamos, sim, do tempo que passamos na gestão do governo anterior e, graças ao que nós dois desenvolvemos à frente das secretarias em que estávamos, estamos aqui hoje, fruto do trabalho que realizamos.

A única coisa que questionei do Deputado Chico Vigilante foi que S.Exa. disse no seu pronunciamento que faltava gestão no Governo Rodrigo Rollemberg, mas não é verdade pelos números que V.Exa. traz, que estão mostrando que a equipe econômica do governo está fazendo um excelente trabalho.

Eu só queria deixar isso registrado.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Muito obrigado, Deputado Julio Cesar. Quero incorporar todos os apartes ao meu discurso e dizer que precisamos construir uma capital que, com certeza, venha recuperar a esperança do povo desta cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) — Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil, segundo dados do IBGE, tem 49 milhões de mulheres brasileiras negras – pretas e pardas. Apesar de representarem um quarto da população, o grupo é o que mais sofre com o racismo, o machismo, a violência, a pobreza, a desigualdade social e econômica. Para se ter uma ideia, uma pesquisa divulgada na semana passada mostrou que, enquanto a taxa de homicídios das mulheres brancas caiu 12%, o das mulheres negras aumentou 20%.

É justamente para lutar contra a desigualdade imposta a elas, que as mulheres negras de todo Brasil — é importante pontuar isto: mulheres dos mais variados recantos desta Nação — se concentraram hoje em Brasília. Cerca de 15 mil mulheres marcharam na Esplanada dos Ministérios. Marcharam de maneira firme para denunciar a violência que é imposta a elas. Mulheres quebradeiras de coco do meu Estado do Maranhão, mulheres tiradoras de açaí, catadoras de castanha-dopará, mulheres pescadoras da Amazônia, mulheres que fazem farinha de mandioca lá no Piauí, mulheres rendeiras e também mulheres jornalistas.

Aqui, apesar de ela não gostar muito que eu a cite, eu quero citar a jornalista que trabalha comigo. Ontem, a Verônica falou para mim: "Deputado, amanhã eu vou para a marcha das mulheres e eu vou como militante. Eu não vou cobrir jornalisticamente a marcha." Eu falei: "Você faz muito bem em comparecer à marcha das mulheres." Portanto, participam também mulheres jornalistas e mulheres advogadas, que é o caso da Dra. Verinha, uma brilhante advogada aqui no Distrito Federal, que era uma das coordenadoras da marcha.

As mulheres se concentraram ali no Ginásio de Esportes, passaram a noite lá e hoje, a partir das 9h, tomaram as ruas do Distrito Federal. Ocuparam o Eixo, ocuparam a Esplanada dos Ministérios, e agora no final da tarde a Presidenta Dilma

3' SEC DIVIS	ARA LEGISLATIVA D RETARIA – DIRETORIA ÃO DE TAQUIGRAFIA E R DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQU	JIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	9

Rousseff estará recebendo um grupo representativo dessas mulheres de todo o Brasil.

É a primeira marcha das mulheres negras de que se tem notícia no Brasil, a primeira marcha das mulheres negras. Eu espero que, a partir dessa, aconteçam outras e outras e outras, até conquistarmos a igualdade, porque o machismo, a discriminação, o preconceito é realmente um negócio que enoja todos nós. E as mulheres fizeram muito bem quando se deslocaram do País inteiro e vieram para Brasília, que é o palco maior, que dá mais visibilidade às questões tratadas nesta Nação, Deputada Luzia de Paula, para dizer: "Nós existimos, nós estamos aqui, nós não queremos mais ser discriminadas, nós queremos estar lado a lado com os homens construindo esta sociedade brasileira tão importante para o nosso desenvolvimento".

Portanto, eu quero, nesta tarde de hoje, falando aqui pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, parabenizar todas as mulheres negras do Brasil que assumem a sua cor, que assumem o seu cabelo do jeito que ele é – isso é fundamental –, que realmente têm identidade de classe, de gênero, que não se dobram e que vieram para Brasília dizer: "Nós estamos aqui, existimos e queremos os nossos direitos".

Parabéns, mulheres negras do Brasil, por essa marcha corajosa que vocês realizaram na cidade de Brasília. Este dia vai ficar marcado para sempre como o dia em que as mulheres ocuparam a Esplanada dos Ministérios e foram ao Palácio conversar com uma mulher, que é a Presidenta Dilma Rousseff.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) — Obrigada, Deputado Chico Vigilante. Obrigada, Sra. Presidenta desta Casa, Deputada Celina Leão.

Deputado Chico Vigilante, eu quero aqui parabenizar V.Exa., que sempre tem pautado a valorização do ser humano, principalmente das mulheres. Hoje V.Exa. traz isso aqui, descrevendo a importância desse momento, a importância dessa marcha das mulheres negras. Essa é a primeira marcha em que as mulheres negras, a negritude, realmente mostram a este País e ao mundo a sua importância. Mostram também que fazem parte da história. Essa história não pode ter esse pedaço fora, como se fosse o pedaço de um quebra-cabeça que não tivesse importância.

Hoje, se avaliarmos, a maioria da população brasileira é negra, tem sua origem ligada ao negro. Nós devemos muito, muito mesmo, às mulheres que tiveram e têm a coragem de ser a base para que este País seja melhor. Infelizmente ainda não temos esse direito realmente valorizado e cumprido.

3' SEC DIVIS	ARA LEGISLATIVA D CRETARIA – DIRETORIA ÃO DE TAQUIGRAFIA E R DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQU	UIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	10

Parabenizo-o mais uma vez. V.Exa. sempre teve essa postura da valorização: valorização dos movimentos, dos segmentos; principalmente quando se fala da luta das mulheres neste País.

Muito obrigada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE — Agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento. Deputada Luzia de Paula, para encerrar, eu sonho com um mundo — eu sonho com uma nação, o Brasil — onde realmente exista igualdade. E que as pessoas não sejam tratadas pela cor, mas sejam tratadas pelo que elas são.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) — Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela, pela liderança do PSB. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) — Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) — Sra. Presidente, ontem eu estava aí na Mesa conversando com V.Exa. e até combinamos — eu acho uma ideia interessante, é importante ser assumida por todos os Parlamentares, pelas lideranças — de encerrarmos esse ano legislativo no dia 15 de dezembro às 18h. Ou seja, votar tudo que tem de ser votado até o dia 15, e não fazer aquelas sessões madrugada adentro, sempre tão mal vistas e mal faladas pela sociedade.

Eu sei do interesse e do esforço que V.Exa. está fazendo. Eu queria, Deputada Luzia de Paula, um compromisso de todos nós: de assumirmos, em conjunto com a Deputada Celina Leão, encerrarmos realmente dia 15, às 18h. E

3' SEC DIVIS	ARA LEGISLATIVA D RETARIA – DIRETORIA ÃO DE TAQUIGRAFIA F R DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIO	GRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	11

mostrarmos pela primeira vez na história deste Legislativo que nós não precisamos ir madrugada adentro para votar nada.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) — Obrigada, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) — Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Sem revisão do orador.) — Sra. Presidente, eu quero me somar ao esforço do Deputado Chico Vigilante, da Deputada Luzia de Paula, do Deputado Ricardo Vale, do Deputado Roosevelt Vilela, e observar que V.Exa. foi a primeira Presidenta da Casa que propôs isso no Colégio de Líderes há cerca de um mês. Quero dizer a V.Exa. que estou aqui há treze anos e já passei por vários Presidentes, várias Mesas Diretoras — muitos elogios a todas elas —, mas V.Exa. foi a primeira que assumiu esse compromisso com os Líderes, cerca de um mês atrás, de efetivar algo para que a população saiba que todas as matérias aqui votadas são discutidas. Pode haver discordância, mas são todas elas bem debatidas, nada de afogadilho, e não vamos passar das 18h no dia 15.

Quero me irmanar com a colocação do Deputado Chico Vigilante, dos colegas que estão no plenário, e, ao mesmo tempo, reconhecer que V.Exa. fez essa proposta no Colégio de Líderes, por isso eu a parabenizo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) — O Expediente lido vai à publicação.

Eu gostaria de pedir para os Deputados descerem, não há *quorum* para votação. Vou suspender a sessão por alguns minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h16min, a sessão é reaberta às 16h35min.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) - Está reaberta a sessão.

Convido o Deputado Prof. Reginaldo Veras a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início à

## ORDEM DO DIA

Consulto os Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens de nºs 1 a 145, relativos aos vetos da Ordem do Dia, votarmos as demais proposições da Ordem do Dia.

3' SEC DIVIS	RETARIA - DIRETORIA	O DISTRITO FEDERAL LEGISLATIVA E APOIO AO PLENÁRIO	NOTAS TAQU	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	12

Item nº 147:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 134, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que "altera a Lei nº 2.809, de 29 de outubro de 2001, que dispõe sobre a garantia do direito da criança e do adolescente ao atendimento pedagógico e escolar na atenção hospitalar no Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Eu queria avisar ao pessoal da galeria que tem interesse no Projeto de Lei nº 1.795 que tive uma conversa com o Deputado Raimundo Ribeiro, vamos estudar a possibilidade de um substitutivo. Não irei colocar o projeto em votação hoje. Deixarei para a próxima terça-feira, a fim de ter antes uma conversa lá na Presidência. (Palmas.)

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados, para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de quorum.)



# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA



7ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2015

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

DATA:

18/11/2015

## LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
1	AGACIEL MAIA	PTC	1	
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1
3	CHICO LEITE	REDE		1
4	CHICO VIGILANTE	PT	1	
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		1
7	JUAREZÃO	PRTB		1
8	JULIO CESAR	PRB		1
9	LILIANE RORIZ	PRTB		1
10	LIRA	PHS		1
11	LUZIA DE PAULA	REDE	1	
12	PROF. ISRAEL	PV		1
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1	
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		1
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		1
16	RICARDO VALE	PT	1	
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		1
18	RODRIGO DELMASSO	PTN	1	
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1	
20	SANDRA FARAJ	SD		1
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1	
22	WASNY DE ROURE	PT		1
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1
24	CELINA LEÃO	PDT	1	
	RESULTADO	A LO CONTRACT	9	15

	QUÓRUM				
9	PRESENTES				
15	AUSENTES				
24	SOMATÓRIO				

SECRETÁRIO DA SESSÃO

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS

3° SEO DIVIS	ARA LEGISLATIVA D CRETARIA – DIRETORIA SÃO DE TAQUIGRAFIA E OR DE TAQUIGRAFIA	O DISTRITO FEDERAL LEGISLATIVA APOIO AO PLENÁRIO	NOTAS TAQU	JIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	13

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

DEPUTADA CELINA LEÃO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) — Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria de fazer um pronunciamento, e a Presidência da Casa nos traz muitas responsabilidades. Eu, ontem até gostaria de ter falado, mas, para agilizar a votação dos projetos dos colegas, abri mão da fala.

Eu queria fazer um pronunciamento hoje. Todos nós estamos impactados, o Brasil está impactado com o que está acontecendo na França. Existe uma comoção nacional, mas eu acho que algo mais grave está acontecendo dentro do Brasil — e aqui está a Deputada Luzia de Paula, que é Deputada da Rede Sustentabilidade, que tem uma preocupação ambiental — que ainda não foi comentado por esta Casa. A tragédia de Mariana, com certeza, é um dos maiores desastres ambientais que aconteceram no Brasil. Aconteceu no distrito de Bento Rodrigues, em Minas Gerais, no último dia 5 de novembro.

O rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco causou danos irreparáveis, Deputado. Irreparáveis! Se você pescar um peixe fora da época, você é preso. Se você pegar um animal em extinção e caçar esse animal, você é preso. Eu quero saber o que vai acontecer com essas pessoas que foram responsáveis pelo maior desastre ecológico do País. Isso não é falado pela Deputada Celina Leão, isso é falado pelos maiores ambientalistas do Brasil. Conforme informações do Ibama, o volume de lama extravasado foi de 60 bilhões de litros, o que equivale à quantidade que encheria 24 mil piscinas olímpicas. Todo esse rejeito de mineração e de ferro foi despejado ao longo de mais 50 quilômetros da Bacia do Rio Doce.

Algo que me deixa, às vezes, impactada – eu acho que talvez isto venha do Brasil Colônia ainda – é a gente se preocupar mais com as questões externas do que com as questões internas que acontecem no País. Isso é gravíssimo! O Brasil, muitas vezes, não se compadece da dor de uma população que está sem água. Nós não estamos falando somente de alimentos, mas de estarem sem água para beber.

É o momento em que o Brasil precisa se compadecer. Todos os Parlamentos estaduais estão de mãos dadas. Nós vamos fazer uma campanha aqui de água. O Corpo de Bombeiros já está arrecadando água, a Câmara Legislativa vai ajudar com o combustível para levar essa água para esse distrito.

É algo muito grave: onze mortos, dezenas de feridos, moradores do distrito de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo estão desabrigados. Cerca de 500 mil pessoas permanecem sem o fornecimento de água. Biólogos, pesquisadores, técnicos das ONGs tratam do maior desastre ambiental da história do País.

Treze dias após o desastre, ainda não foram divulgadas as estratégias e os procedimentos preventivos e corretivos que foram estipulados no seu plano de ação

3* SEC DIVIS	RETARIA - DIRETORIA	O DISTRITO FEDERAL A LEGISLATIVA È APOIO AO PLENÁRIO	NOTAS TAQU	UIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO OI	RDINÁRIA	14

e emergência, sob a alegação de que o documento é interno e somente poderia ser disponibilizado às autoridades competentes. Isso é inaceitável sob o ponto de vista da transparência. Como acontece um desastre desses no País, e ninguém sabe o que vai ser feito? As 250 famílias que tiveram as suas casas atingidas vão receber um salário mínimo e mais 20% por dependente, além de uma cesta básica, como ajuda temporária, fruto de ação do Ministério Público, que está atuando fortemente na defesa do direito dessas vítimas.

A Samarco fez um acordo como Ministério Público para arcar com 1 bilhão para reparar os danos provocados pelo desastre. O Ibama multará a mineradora com pelo menos 250 milhões. Mas o que é, Deputada Telma Rufino, 1 bilhão – é menos do que se gastou aqui no estádio –, 250 milhões, para resolver o problema de um rio que morreu? Quem vai pagar por essa tragédia? O que vai acontecer? E o pior de tudo, Deputada Luzia de Paula, é que nós estamos com o risco de outra barragem estourar e termos um problema hídrico no Brasil!

Não que não tenhamos que nos compadecer, não que tenhamos que não estar aí todas as nações de mãos dadas contra o terrorismo, mas nós estamos vivendo um desastre ambiental gravíssimo no Brasil, com a possibilidade de acontecer o segundo. Nada até agora de medida emergencial, de enérgica, mesmo do ponto de vista político. Eu acho que a gente realmente precisa entender o que está acontecendo.

Após uma semana de todos esses acontecimentos, nós tivemos a visita da Presidenta Dilma. Depois de uma semana, ela visitou, passou, sobrevoou, mas qual agenda nós devemos priorizar? Esse sentimento, eu acho que o Brasil precisa melhorar. Não podemos nos conformar com um País onde muitos têm e outros não têm, nos acostumar com a desigualdade humana. Isso acontece desde a época da colonização. O povo era escravizado, e havia uma sociedade estatal, patriarcal, estratificada.

E nós vivemos isso até hoje, Deputado Agaciel Maia. V.Exa. foi muito feliz quando fez o debate aqui ontem sobre os taxistas que querem esses táxis comunitários. Quem são as pessoas que vão falar pelos pequenos? Quem são as pessoas que vão defender outras pessoas que, muitas vezes, são insignificantes ou invisíveis para o poder público? Eu acho que é esse o papel da política, é esse o papel dos políticos.

Quando eu trago um debate como esse sobre os *personal trainers* nas academias, estou falando de um trabalho praticamente ilegal. Há cobrança de um trabalho ilegal, porque não há recibo, não está sendo descontado imposto, e essas pessoas aceitam essa condição de trabalho porque, se não aceitarem, serão demitidas das academias onde trabalham.

Acho que as casas legislativas e o povo brasileiro precisam, sim, se compadecer dos outros, como se fosse conosco, porque esse tipo de desastre ambiental que está acontecendo no Brasil é algo gravíssimo. Não estamos falando

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3º SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQU	UIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015 15hs20min		105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	15

aqui da nossa geração, mas nós estamos falando para as futuras gerações, de uma crise hídrica no mundo. Eu tive oportunidade de participar do Fórum Mundial das Águas, na Coreia, e a discussão é que vai faltar, mais cedo ou mais tarde. As próximas guerras serão por água.

E as pessoas continuam vindo para o Brasil para explorá-lo, como se a gente vivesse ainda na época da escravidão, do império, da colônia, porque pegam os nossos minérios e os levam para outros países, deixam uma catástrofe, como deixaram no Brasil, e falam que vão pagar 1 bilhão. O povo brasileiro pensa: "Nossa, 1 bilhão é muito dinheiro!" O que é 1 bilhão perto de um rio que está morto ou de 500 mil pessoas que estão passando sede, que estão sem água? É impagável o que está acontecendo no Brasil.

Este pronunciamento nesta tarde é para que os parlamentos estaduais se compadeçam desse momento que está acontecendo, cobrem da classe política, dos gestores públicos, de quem tem responsabilidade para fazer isso, mas, principalmente, se solidarizem com o momento.

Os Deputados podem me perguntar aqui: o que nós estamos fazendo, o que esta Casa está fazendo, o que os 24 Deputados estão fazendo? Nós vamos pagar o combustível que irá levar seis carretas de água. Uma campanha que fizemos aqui entre os colegas. Nós vamos ajudar, e não é verba pública, é verba nossa mesmo, dos próprios gabinetes dos Deputados que vão ajudar.

Nós estamos em uma campanha também com o DCE do Ceub, que está coletando água. Então, não estamos de braços cruzados. Nós estamos fazendo a nossa parte, mas eu acho que a crítica tem de ser feita. Com o que está acontecendo, se não houver uma medida enérgica com os organismos internacionais que vêm explorar o Brasil, se não houver nenhum tipo de punição... A gente ouvir, depois de duas semanas, que há o grave risco de uma segunda barragem explodir e afetar mais cidades ainda, e, realmente, a gente não fazer nada é uma irresponsabilidade.

A grande pena é que aquele local, Deputada Telma Rufino, nem com tempo será recuperado, porque há mercúrio naquela água. Há grande chance de aquilo ali virar um grande deserto. Eu acho que o Brasil tem de ter responsabilidade não somente com esta geração, mas também com as futuras. Eu queria deixar esse registro.

Há um poema, Lira Itabirana, que fala o seguinte, Deputada Telma Rufino, para a gente terminar:

"O Rio? É doce.

A Vale? Amarga.

Ai, antes fosse

Mais leve a carga.

3° SEC DIVIS	ARA LEGISLATIVA D RETARIA – DIRETORIA ÃO DE TAQUIGRAFIA E R DE TAQUIGRAFIA	O DISTRITO FEDERAL LEGISLATIVA APOIO AO PLENÁRIO	NOTAS TAQU	UIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015 15hs20min		105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	16

Entre estatais

E multinacionais,

Quantos ais!

A dívida interna.

A dívida externa

A dívida eterna.

Quantas toneladas exportamos

De ferro?

Quantas lágrimas disfarçamos

Sem berro?"

DEPUTADA LUZIA DE PAULA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede Sustentabilidade. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero aqui parabenizar a Câmara Legislativa, na figura da nossa Presidente Deputada Celina Leão, quando aborda um assunto de suma importância, coloca a sensibilidade desta Casa e alerta para a sensibilidade do povo brasileiro com aquilo que é seu.

Infelizmente a ganância do ser humano tem demonstrado a destruição que nós estamos fazendo com o nosso planeta Terra, principalmente em relação às águas. Nós temos que trazer essa discussão à baila, principalmente aqui no Distrito Federal. Ontem nós aprovamos aqui — e eu quero agradecer a esta Casa — o controle e a fiscalização das águas subterrâneas que, aqui no Distrito Federal, está se tornando algo criminoso. Se nós olharmos hoje a barragem do Santo Antônio do Descoberto, nós perceberemos que, por causa da perfuração de poços subterrâneos, cada dia, aquela água vem diminuindo e perdendo a sua qualidade.

Quando se fala do crime ecológico, do desastre que aconteceu em Minas Gerais, nós podemos, com certeza, estar prevenidos de que dificilmente haverá uma recuperação do ecossistema, do sistema ambiental que foi destruído injustamente porque o homem pensa que é maior que Deus e que pode controlar a natureza. Infelizmente ainda não nasceu nesta Terra alguém que pudesse ser maior que Deus e tivesse o domínio real da natureza.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — Eu gostaria de fazer um comunicado aos nobres Parlamentares que se encontram em seus gabinetes. Nós temos onze Deputados presentes. Havíamos feito um acordo de que hoje só votaríamos projetos de Deputados. Ontem alguns dos colegas foram prejudicados em decorrência de uma sessão que haveria aqui, e a sessão plenária teve que ser

3' SEC DIVIS	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3' SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICA	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015 15hs20min		105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	17

encerrada para não prejudicar o evento que estava marcado. Nós estamos com onze Deputados.

Se os Deputados que se encontram nos gabinetes pudessem vir para votarmos só projetos de Deputados, evitaríamos aquele transtorno de, como em todo dia 15 de dezembro, ficarmos aqui até 3h, 4h da manhã. Cada Deputado tem direito de ter dois projetos apreciados. Alguns projetos que são mais polêmicos já foram equacionados, como é o caso do que trata dos *personal trainers*, que ficou para a próxima terça-feira. Eu acho que seria um grande avanço votarmos os projetos dos Deputados. Faltam apenas dois Deputados para que a gente retome as votações que foram encerradas ontem.

Portanto, eu quero fazer esse apelo — a Deputada Celina Leão está aqui dando uma entrevista — aos colegas. Só votaremos projetos que estão já acordados ou que já foram votados em primeiro turno. Seria um grande avanço se hoje, quartafeira, pudéssemos votar, dar continuidade aos projetos dos Parlamentares que se encontram prontos na Assessoria de Plenário para serem votados.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Em decorrência da chegada de novos Parlamentares, solicito ao Sr. Secretário, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de quorum.)



# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA



7ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2015

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

DATA:

18/11/2015

# LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
1	AGACIEL MAIA	PTC	1	
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1
3	CHICO LEITE	REDE		1
4	CHICO VIGILANTE	PT	1	100
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1	
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		1
7	JUAREZÃO	PRTB		1
8	JULIO CESAR	PRB		1
9	LILIANE RORIZ	PRTB		1
10	LIRA	PHS	1	
11	LUZIA DE PAULA	REDE	1	
12	PROF. ISRAEL	PV		1
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1	
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1	
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		1
16	RICARDO VALE	PT	1	
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		1
18	RODRIGO DELMASSO	PTN	1	
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1	
20	SANDRA FARAJ	SD	1	
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1	
22	WASNY DE ROURE	PT		1
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1
24	CELINA LEÃO	PDT	1	
4111	RESULTADO		13	11

QUÓRUM				
13	PRESENTES			
11	AUSENTES			
24	SOMATÓRIO			

SECRETÁRIO DA SESSÃO

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS

3º SEC DIVIS	ARA LEGISLATIVA D RETARIA – DIRETORIA ÃO DE TAQUIGRAFIA E R DE TAQUIGRAFIA	O DISTRITO FEDERAL LEGISLATIVA APOIO AO PLENÁRIO	NOTAS TAQU	JIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015 15hs20min		105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — Conforme a verificação de quorum, estão presentes: Deputado Agaciel Maia, Deputado Chico Vigilante, Deputado Lira, Deputada Luzia de Paula, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Rafael Prudente, Deputado Ricardo Vale, Deputado Rodrigo Delmasso, Deputado Roosevelt Vilela, Deputada Sandra Faraj, Deputada Telma Rufino, Deputada Celina Leão e Deputado Cláudio Abrantes. Há 13 Deputados presentes; portanto, há quorum para dar continuidade aos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA - O Expediente lido vai à publicação.

Item no 147:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 134, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que "altera a Lei nº 2.809, de 29 de outubro de 2001, que 'dispõe sobre a garantia do direito da criança e do adolescente ao atendimento pedagógico e escolar na atenção hospitalar no Distrito Federal".

A Deputada Sandra Faraj está presente. Nos termos dos acordos dos Líderes, decidiu-se só votar projetos de Deputados que estão na sessão.

O projeto foi aprovado em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em segundo turno, com a presença de 13 Deputados.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS — Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 134, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que "altera a Lei nº 2.809, de 29 de outubro de 2001, que

3° SEC DIVIS	RETARIA - DIRETORIA	O DISTRITO FEDERAL LEGISLATIVA APOIO AO PLENÁRIO	NOTAS TAQU	JIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	19

'dispõe sobre a garantia do direito da criança e do adolescente ao atendimento pedagógico e escolar na atenção hospitalar no Distrito Federal'".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item no 148:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 132, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que "dispõe sobre o exercício da soberania popular mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular, previstos no art. 5º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências".

O Deputado Ricardo Vale está presente na sessão; portanto, cumpre-se o acordo de Líderes de votarmos apenas os projetos de Deputados presentes.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em segundo turno, com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 132, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que "dispõe sobre o exercício da soberania popular mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular, previstos no art. 5º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO 3º SECRETARIA – DIRETORIA I DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E A SETOR DE TAQUIGRAFIA		LEGISLATIVA	NOTAS TAQU	JIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015 15hs20min		105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	20

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item no 150:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 544, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que "dispõe sobre a proibição de ônibus com motor dianteiro para operar no sistema de transporte coletivo".

O Deputado Rafael Prudente se encontra em plenário; portanto, cumpre-se a decisão dos Líderes de votarmos só os projetos de Deputados que estejam presentes na sessão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 544, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que "dispõe sobre a proibição de ônibus com motor dianteiro para operar no sistema de transporte coletivo".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) - Concedo a palavra a V.Exa.

3' SEC DIVIS	ARA LEGISLATIVA I CRETARIA – DIRETORIA ÃO DE TAQUIGRAFIA I R DE TAQUIGRAFIA	O DISTRITO FEDERAL LEGISLATIVA APOIO AO PLENÁRIO  NOTAS	S TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO ORDINÁRI	A 21

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero pedir a inclusão de um projeto, o Projeto de Lei nº 636, de 2015, que "dispõe sobre a proibição do aproveitamento de pessoas em tratamento em comunidades terapêuticas e similares para efetuar vendas externas de produtos, com intuito de arrecadar recurso financeiro, sob a alegação de fazer parte do tratamento, e dá outras providências".

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — Acato a solicitação de V.Exa. Solicito à Assessoria da Mesa que adote as providências cabíveis.

Item no 151:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.525, de 2013, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "institui o Serviço de Táxi Comunitário, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Tendo em vista que algumas sugestões foram colhidas, inclusive, do Deputado Prof. Reginaldo Veras, do Deputado Prof. Israel, do Deputado Rodrigo Delmasso e dos demais Deputados, vamos apresentar uma emenda de segundo turno a este projeto. Portanto, deixo mais para frente a entrada em pauta deste projeto.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Só ressaltando que o item nº 152 da pauta foi retirado a pedido da Presidente Deputada Celina Leão, autora do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) - Item nº 153:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 680, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que "altera a Lei nº 2.105, de 8 de outubro de 1998, que 'dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal, e dá outras providências'".

A Deputada Telma Rufino se encontra em plenário; portanto, cumpre-se o acordo dos Líderes de votarmos só os projetos de Deputados que estejam presentes na sessão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em segundo turno, com a presença de 15 Deputados.

3° SEC DIVIS	ARA LEGISLATIVA D CRETARIA – DIRETORIA SÃO DE TAQUIGRAFIA E R DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQU	JIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	22

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — Não havendo objeção do plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 680, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que "altera a Lei nº 2.105, de 8 de outubro de 1998, que 'dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal, e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista que tenho uma audiência agora, às 17h30min, com o Procurador-Geral do Distrito Federal, Dr. Leonardo Bessa, e talvez eu indo agora não volte a tempo, eu gostaria de pedir a V.Exa., se os outros Deputados estiverem de acordo, que o projeto de minha autoria, para ser votado em segundo turno, pudesse ser votado agora. O projeto só pode ser votado com a minha presença.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Tendo em vista a assiduidade, a dedicação e a compreensão que V.Exa. tem tido com os demais Deputados, acato a questão de ordem de V.Exa.

Solicito ao nobre Secretário que faça a leitura do item nº 156.

Item no 156:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.832, de 2014, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "institui a política de disponibilização de recursos educacionais comprados ou desenvolvidos por subvenção da administração direta e indireta do Distrito Federal".

O Deputado Chico Vigilante se encontra em plenário; portanto, estamos cumprindo o acordo de votarmos apenas os projetos dos Deputados que estejam presentes.

3º SEC DIVIS	RETARIA - DIRETORIA	O DISTRITO FEDERAL LEGISLATIVA APOIO AO PLENÁRIO	NOTAS TAQU	JIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	23

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em segundo turno, com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — Não havendo objeção do plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.832, de 2014, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "institui a política de disponibilização de recursos educacionais comprados ou desenvolvidos por subvenção da administração direta e indireta do Distrito Federal".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, solicito a exclusão do item nº 154 da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — Reitero o acatamento da questão de ordem de V.Exa., já que fiz *a priori*.

Item nº 160:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 559, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que "dispõe sobre a isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, para os veículos que especifica".

3° SEC DIVIS	RETARIA - DIRETORIA	OO DISTRITO FEDERAL A LEGISLATIVA E APOIO AO PLENÁRIO	NOTAS TAQU	UIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	24

Quero esclarecer que o referido projeto foi substituído pelo Projeto de Lei nº 414, de 2015, a pedido do Deputado Rafael Prudente, que se encontra em plenário. Portanto, a proposição não recebeu parecer das comissões. Solicito a leitura do item a ser votado, pelo Sr. Secretário.

Item extrapauta:

Discussão e votação do Projeto de Lei nº 414, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que "Dispõe sobre a doação dos produtos apreendidos que especifica a instituições filantrópicas e de caridade no âmbito do Distrito Federal, na forma que menciona".

Aprovado o parecer da CAS, a CCJ deverá se manifestar sobre o projeto.

A Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 414, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que "Dispõe sobre a doação dos produtos apreendidos que especifica a instituições filantrópicas e de caridade no âmbito do Distrito Federal, na forma que menciona".

O Deputado Robério Negreiros, Relator do projeto, já fez um parecer. Vou proceder à leitura do parecer do Deputado Robério Negreiros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



#### PARECER Nº /2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o PROJETO DE LEI Nº 414/2015, que "Dispõe sobre a doação dos produtos apreendidos que especifica a instituições filantrópicas e de caridade no âmbito do Distrito Federal, na forma que menciona".

**AUTOR: Deputado Rafael Prudente** 

**RELATOR: Deputado Robério Negreiros** 

### I - RELATÓRIO

Submete-se a análise desta Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que "Dispõe sobre a doação dos produtos apreendidos que específica a instituições filantrópicas e de caridade no âmbito do Distrito Federal, na forma que menciona".

Segundo o projeto, deverão ser doados a instituições filantrópicas e de caridade os brinquedos, roupas, calçados, materiais escolares e artigos esportivos apreendidos em virtude de falsificação, contrabando ou de qualquer outra situação irregular.

O autor esclarece na justificação, que as entidades interessadas em receber as doações, deverão estar cadastradas e habilitadas junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social do Governo do Distrito Federal.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 4º andar – Gabinete 19 Fone: +55(61)3348-8192 - Brasilia - Di Brasil CEP: 70.094-902 E-mail: dep.roberionegreiros@d.df.gov.br - www.roberionegreiros.com.br



GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



O autor salienta, ainda, que a doação dos bens apreendidos não comprometerá o andamento dos processos no Poder Judiciário, que deverão estar devidamente instruídos quanto à quantidade, à qualidade e o destino dado às mercadorias.

Distribuído inicialmente à Comissão de Assuntos Sociais, o projeto foi aprovado sem emendas com parecer de relator da Deputada Liliane Roriz.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

#### II - VOTO DO RELATOR

À Comissão de Constituição e Justiça é atribuído o exame de admissibilidade das proposições em geral, quando à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação, nos termos do art. 63, I, do regimento Interno desta Casa de Leis.

Art. 63. Compete à Comissão de Constituição e Justiça: I — examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação;

O projeto que aqui se analisa, visa estabelecer que, no âmbito do distrito Federal, deverão ser doados a instituições filantrópicas e de caridade os brinquedos, roupas, calçados, materiais escolares e artigos esportivos apreendidos em virtude de falsificação, contrabando ou de qualquer outra situação irregular, sem comprometimento do processo judicial sobre o qual recai a questão.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 4º andar — Gabinete 19 Fone: +55(61)3348-8192 - Brasília - DF - Brasil CEP: 70.094-902 E-mail: dep.roberjonegreiros@d.df.gov.br - www.roberjonegreiros.com.br



GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



Tendo como parâmetro a admissibilidade, verifica-se que não há óbices à aprovação, nesta Casa de Leis, da presente proposta, pela sua característica de assunto de interesse local.

Nesse sentido, a Constituição Federal atribui competência a esta unidade da Federação para dispor sobre ele. É o que se extrai da combinação de seus Arts. 32, § 1º, e 30, inciso I:

"Art. 32 (omissis)

§ 1º Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e aos Municípios.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre <u>assuntos de interesse local." [grifo nosso]</u>

Além disso, no Distrito Federal, têm legitimidade para exercer a iniciativa de leis no processo legislativo, qualquer deputado ou órgão desta Casa de Leis, o Governador, o Tribunal de Contas do Distrito Federal e os cidadãos, conforme estabelece o art. 71, caput, da Lei Orgânica, como se transcreve:

"Art. 71. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara Legislativa, ao Governador do Distrito Federal e, nos termos do art. 84, IV, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, assim como aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica".

Salienta-se que já tramita no Congresso Nacional, projeto de lei que tem por escopo alterar o inciso II do artigo 202 da Lei Federal nº 9.279/1996, a fim de modificar a redação do dispositivo original, a fim de permitir que produtos de marca

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 4º andar – Gabinete 19 Fone: +55(61)3348-8192 - Brasilia - DF - Brasil CEP: 70.094-902 E-mail: dep.roberionegreiros@cl.df.gov.br - www.roberionegreiros.com.br



GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



falsificada possam ser destinados para entidades de assistência social legalmente constituídas, sem fins lucrativos, para distribuição a pessoas necessitadas; diferentemente do que acontece atualmente onde os produtos falsificados são destruídos em virtude da violação dos direitos autorais ou de propriedade industrial.

Assim sendo, verifica-se que a presente propositura merece prosperar, visto que não fere princípios constitucionais tais como: admissibilidade, eficiência, moralidade e impessoalidade. Desta forma não carece de quaisquer inconstitucionalidades ou antijuridicidades.

Diante o exposto, manifestamos pela **ADMISSIBILIDADE** e aprovação do Projeto de Lei nº 414/2015, no âmbito dessa Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das sessões,

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

Relator

3° SEC DIVIS	RETARIA - DIRETORIA	O DISTRITO FEDERAL LEGISLATIVA E APOIO AO PLENÁRIO	NOTAS TAQU	JIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Item no 161:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 687, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que "altera a Lei nº 4.996, de 19 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a regularização fundiária no Distrito Federal e dá outras providências".

O Deputado Lira se encontra em plenário; portanto, está cumprida a exigência determinada pelos Líderes de votarmos só projetos de Deputados que estejam presentes.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Assuntos Fundiários e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) — A Comissão de Assuntos Fundiários já deu o seu parecer. Foi aprovado hoje na CAF.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — A Assessoria de Plenário, tendo em vista a informação do Deputado de que o projeto já teve um parecer aprovado pela CAF... (Pausa.)

Portanto, é confirmado, Deputado Lira, que já houve aprovação pela CAF.

Vamos solicitar o parecer da CCJ.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

3° SEC DIVIS	CRETARIA - DIRETORIA	O DISTRITO FEDERAL A LEGISLATIVA E APOIO AO PLENÁRIO	NOTAS TAQU	UIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	26

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a apreciação do item nº 155, porque, na verdade, eu estava atendendo umas pessoas ali e não estava presente no momento em que V.Exa. colocou em votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato a solicitação de V.Exa. e passaremos à leitura do próximo item, já que V.Exa. se encontra em plenário.

A Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 687, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que "altera a Lei nº 4.996, de 19 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a regularização fundiária no Distrito Federal e dá outras providências".

O Projeto de Lei nº 687, de 2015, atende aos princípios da constitucionalidade, da juridicidade e da regimentalidade, não havendo nenhum óbice à sua aprovação. Assim, no âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do referido projeto. É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 1 voto contrário.

Em discussão o Projeto de Lei nº 687, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto em primeiro turno permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

A matéria segue a tramitação regimental.

3* SEC DIVIS	RETARIA - DIRETORIA	O DISTRITO FEDERAL LEGISLATIVA E APOIO AO PLENÁRIO	NOTAS TAQU	JIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	27

Item nº 155:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 284, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "dispõe sobre a vacinação domiciliar às pessoas idosas e às pessoas com deficiência motora, multideficiência profunda com dificuldade de locomoção, doenças incapacitivas e degenerativas e dá outras providências".

O Deputado Julio Cesar se encontra em plenário, cumprindo a exigência estabelecida pelo Colégio de Líderes de só votarmos projetos dos Deputados que estejam presentes em plenário.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 284, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "dispõe sobre a vacinação domiciliar às pessoas idosas e às pessoas com deficiência motora, multideficiência profunda com dificuldade de locomoção, doenças incapacitivas e degenerativas e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item no 162:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 558, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de os cartórios

3º SEC DIVIS	RETARIA - DIRETORIA	O DISTRITO FEDERAL A LEGISLATIVA E APOIO AO PLENÁRIO	NOTAS TAQU	JIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	28

sediados no Distrito Federal incluírem nas escrituras públicas o nome e a inscrição do Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI da pessoa física ou jurídica responsável pela intermediação de negócios imobiliários".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede Sustentabilidade. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 558, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de os cartórios sediados no Distrito Federal incluírem nas escrituras públicas o nome e a inscrição do Conselho Regional de Corretores de Imóveis — CRECI da pessoa física ou jurídica responsável pela intermediação de negócios imobiliários".

Sr. Presidente, como a Comissão de Assuntos Sociais avalia o mérito da proposição, somos pela aprovação do referido projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 558, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de os cartórios sediados no Distrito Federal incluírem nas escrituras públicas o nome e a inscrição do Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI da pessoa física ou jurídica responsável pela intermediação de negócios imobiliários".

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

A 3* SEC DIVIS	RETARIA - DIRETORIA	O DISTRITO FEDERAL LEGISLATIVA APOIO AO PLENÁRIO	NOTAS TAQU	JIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	29

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 558, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu me abstenho da votação deste projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados. Houve 12 votos favoráveis e 1 abstenção.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 163:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 601, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que "dispõe sobre o direito de o consumidor ter acesso a documento que motive a recusa ou restrição de crédito no Distrito Federal".

Trata-se de projeto de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que se encontra em plenário. A Comissão de Defesa do Consumidor já aprovou o projeto. Falta a manifestação da Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 601, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que "dispõe sobre o direito de o consumidor ter acesso a documento que motive a recusa ou restrição de crédito no Distrito Federal".

Sr. Presidente, esse projeto é muito importante. Quero parabenizar o Deputado Prof. Reginaldo Veras, porque é um projeto diferenciado, que vai trazer benefício real para a sociedade. Hoje, ao ter o crédito recusado, a gente fica sem saber por que, e é difícil descobrir o motivo.

3 SEC DIVIS	RETARIA - DIRETORIA	O DISTRITO FEDERAL LEGISLATIVA APOIO AO PLENÁRIO	NOTAS TAQU	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	30

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, nós consideramos o projeto admissível.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de quorum.)



# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA



7ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2015

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

DATA:

18/11/2015

### LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
1	AGACIEL MAIA	PTC	1	
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1
3	CHICO LEITE	REDE		1
4	CHICO VIGILANTE	PT		1
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1	
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		1
7	JUAREZÃO	PRTB	1	
8	JULIO CESAR	PRB	1	
9	LILIANE RORIZ	PRTB		1
10	LIRA	PHS	1	
11	LUZIA DE PAULA	REDE	1	
12	PROF. ISRAEL	PV	1	
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1	
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		1
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		1
16	RICARDO VALE	PT	1	
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		1
18	RODRIGO DELMASSO	PTN	1	
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1	
20	SANDRA FARAJ	SD		1
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1	
22	WASNY DE ROURE	PT		1
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1
24	CELINA LEÃO	PDT	1	
100 = 1	RESULTADO		13	11

	QUÓRUM					
13	PRESENTES					
11	AUSENTES					
24	SOMATÓRIO					

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO RODRIGO DELMASSO

3°	ÂMARA LEGISLATIVA I SECRETARIA – DIRETORIA IVISÃO DE TAQUIGRAFIA I ETOR DE TAQUIGRAFIA	A LEGISLATIVA	NOTAS TAQU	UIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 201	5 15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	31

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Estão presentes 13 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item no 166:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.759, de 2013, de autoria da Deputada Celina Leão, que "estabelece regras para garantir vagas aos alunos já matriculados nas escolas públicas e privadas do Distrito Federal e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CESC e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

A Presidência designa o Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 1.759, de 2013, de autoria da Deputada Celina Leão, que "estabelece regras para garantir vagas aos alunos já matriculados nas escolas públicas e privadas do Distrito Federal e dá outras providências".

Analisando a questão do mérito, o projeto está de acordo com o que prevê a nossa Comissão. Deixo aqui um alerta à Deputada Celina Leão para que, no segundo turno, faça uma leve adequação textual, porque o § 2º do art. 1º diz: "A garantia prevista no *caput* deste artigo estende-se ao turno em que o aluno está matriculado".

3º SEC DIVIS	ARA LEGISLATIVA D RETARIA – DIRETORIA ÃO DE TAQUIGRAFIA E R DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQU	IGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	32

Muitas escolas organizam as matrículas por séries. De tal maneira que o primeiro ano pode ser em um turno, mas o segundo ano pode ser em outro turno, para melhor se gerir o estabelecimento educacional. Ao se impor que ele tenha a garantia no ano seguinte no mesmo turno, limita-se a capacidade da escola de gerir melhor e de definir qual é a melhor estratégia de matrícula.

O meu parecer é pela aprovação, mas oriento que, no segundo turno, haja uma emenda adaptativa para melhor adequar o texto à realidade escolar.

Então, o parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o parecer da CESC. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.759, de 2013, de autoria da Deputada Celina Leão, que "estabelece regras para garantir vagas aos alunos já matriculados nas escolas públicas e privadas do Distrito Federal e dá outras providências".

Sr. Presidente, avaliando aqui, a minha impressão é de que o projeto, embora de iniciativa de Parlamentar, estabelece regras, especifica regras para uma normatização geral que já existe. Tenho dúvidas porque ele está dispondo, de qualquer maneira, de obrigação ao serviço público que é do Poder Executivo. Na dúvida, eu tenho aqui me manifestado pela admissibilidade. De maneira que eu me manifesto pela admissibilidade do projeto em debate.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

	3* SEC	ARA LEGISLATIVA D RETARIA – DIRETORIA ÃO DE TAQUIGRAFIA E R DE TAQUIGRAFIA	O DISTRITO FEDERAL LEGISLATIVA APOIO AO PLENÁRIO	NOTAS TAQU	JIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11	2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	33

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item no 168:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 304, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que "assegura aos egressos do ensino médio, durante o prazo de um ano a partir da data de conclusão do curso, todos os benefícios assegurados aos estudantes do ensino médio".

DEPUTADO PROF. ISRAEL - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço, em acordo com o governo, que retire o projeto de pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item no 169:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 537, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que "altera o inciso III do § 2º do art. 3º da Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que 'dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Reginaldo Veras.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) — A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 537, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que "altera o inciso III do § 2º do art. 3º da Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que 'dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica".

3° SEC DIVIS	RETARIA - DIRETORIA	OO DISTRITO FEDERAL A LEGISLATIVA E APOIO AO PLENÁRIO	NOTAS TAQU	UIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015 15hs20min		105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	34

Sr. Presidente, apresentamos uma emenda modificativa que estabelece a vigência da norma a partir de 1º de janeiro de 2017, para que os impactos orçamentários estejam previstos na legislação específica a ser analisada e aprovada em 2016.

Diante do exposto, no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, manifestamo-nos pela aprovação e admissibilidade do Projeto de Lei nº 537, de 2015, com a emenda modificativa apresentada. É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) — Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) — Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda falta a CCJ emitir parecer ao projeto, não é isso? (Pausa.) Então, perdoe-me, vou pedir o uso da palavra depois. Obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 537, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que "altera o inciso III do § 2º do art. 3º da Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que 'dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica".

Sr. Presidente, em análise com a assessoria da secretaria da CCJ, avaliamos que o projeto é perfeitamente admissível, porque está incluindo uma hipótese entre aqueles que podem ser empregados na Nota Legal.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — Deputado Chico Leite, eu gostaria que V.Exa. se pronunciasse sobre a emenda.

3° SEC DIVIS	ARA LEGISLATIVA D CRETARIA – DIRETORIA ÃO DE TAQUIGRAFIA E R DE TAQUIGRAFIA	O DISTRITO FEDERAL LEGISLATIVA APOIO AO PLENÁRIO	NOTAS TAQU	UIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	35

DEPUTADO CHICO LEITE - Há uma emenda também?

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — Há uma emenda, apresentada pela CEOF.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, a emenda tão somente estabelece o início da vigência da lei em debate. Ela estabelece um período de *vacatio* para adaptação, naturalmente, para os procedimentos administrativos.

O projeto é admissível com a emenda.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço a V.Exa.

Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

Srs. Deputados, este projeto será votado no processo nominal, já que mexe com o aspecto econômico de tributação e de concessão de crédito e benefícios.

Há a necessidade de uma votação qualificada e nós não temos quorum.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede Sustentabilidade. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, indago a V.Exa. se seria possível, claro que com a concordância do autor, o Deputado Prof. Israel, antes de passarmos à votação desse projeto em primeiro turno, votar o único item de segundo turno, de nossa autoria, que é o item nº 157, já que, para ele, não é necessário *quorum* qualificado.

Assim, poderemos deixar para alcançar o *quorum* qualificado, em primeiro turno, desse projeto em debate.

3° SEC DIVIS	ARA LEGISLATIVA D RETARIA – DIRETORIA ÃO DE TAQUIGRAFIA E R DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQU	IIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015 15hs20min		105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	36

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — Acato a sua questão de ordem, até mesmo pelo espírito colaborador que V.Exa. tem prestado à votação dos demais projetos de autoria dos 23 Deputados.

Item no 157:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 27, de 2011, de autoria do Deputado Chico Leite, que "dispõe sobre a divulgação dos gastos com verba indenizatória na Câmara Legislativa do Distrito Federal".

Em discussão em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final Projeto de Resolução nº 27, de 2011, de autoria do Deputado Chico Leite, que "dispõe sobre a divulgação dos gastos com verba indenizatória na Câmara Legislativa do Distrito Federal".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Reginaldo Veras)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) - Item nº 170:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 203, de 2015, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "dispõe sobre a prática de educação física adaptada nos estabelecimentos de ensino público e privado, no âmbito do Distrito Federal".

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3º SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQU	NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015 15hs20min		105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	37

O projeto em tela já teve parecer favorável na Comissão de Educação, Saúde e Cultura. A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Perdão, Deputado Prof. Israel, solicito ao Deputado Chico Leite que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

DEPUTADO PROF. ISRAEL — Sr. Presidente, peço autorização para emitir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, a pedido do Deputado Chico Leite.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Acato a solicitação de V.Exa.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 203, de 2015, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "dispõe sobre a prática de educação física adaptada nos estabelecimentos de ensino público e privado, no âmbito do Distrito Federal".

O referido projeto é admissível pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) — Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 203, de 2015, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

3° SEC DIVIS	RETARIA - DIRETORIA	O DISTRITO FEDERAL A LEGISLATIVA E APOIO AO PLENÁRIO	NOTAS TAQU	JIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — Convido o Deputado Prof. Reginaldo Veras a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item no 171:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 380, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que "estabelece garantia de reassentamento às famílias removidas por estarem em situação de risco ou em decorrência de remoção em função da execução de obras públicas e de urbanização ou regularização fundiária no Distrito Federal".

A proposição não recebeu parecer da CAF, CEOF e CCJ, que deverão se manifestar sobre o projeto.

Designo o Deputado Lira para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Lira, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei nº 380, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que "estabelece garantia de reassentamento às famílias removidas por estarem em situação de risco ou em decorrência de remoção em função da execução de obras públicas e de urbanização ou regularização fundiária no Distrito Federal".

Nos termos do art. 68, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete à Comissão de Assuntos Fundiários — CAF analisar proposições referentes à habitação e à aquisição, administração, utilização, desafetação, afetação, alienação, arrendamento e cessão de bens públicos e desapropriações.

Assim, entendemos que o máximo que se pode fazer em termos de legislação...

Esta Comissão é pela aprovação do Projeto de Lei nº 380, de 2015, no âmbito desta Comissão de Assuntos Fundiários, na forma do substitutivo em anexo.

É o parecer, Sr. Presidente.

(Seque documento a que se refere o Deputado Lira.)



# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DO DEPUTADO WELLINGTON LUIZ



PARECER Nº , de 2015 - CAF

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS sobre Projeto de Lei nº 380, de 2015, que estabelece garantia de reassentamento às famílias removidas por estarem em situação de risco ou em decorrência de remoção em função da execução de obras públicas e de urbanização ou regularização fundiária no Distrito Federal.

AUTORA: Deputada Telma Rufino RELATOR: Deputado

#### I - RELATÓRIO

À Comissão de Assuntos Fundiários foi distribuído o Projeto de Lei (PL) acima epigrafado, de autoria da Deputada Telma Rufino, que visa a garantir o reassentamento de famílias de baixa renda removidas de invasões e ocupações irregulares quando se tratar de situação de risco definida pela Defesa Civil ou quando as áreas forem desocupadas para fins de implantação de obras públicas ou para regularização habitacional.

A teor do projeto, para ter direito ao reassentamento, as famílias deverão ocupar a área por um período mínimo de cinco anos.

O PL define que as famílias serão preferencialmente assentadas na mesma Região Administrativa que ocupavam irregularmente.

Por último, o texto especifica que a compensação às famílias pode ser feita por meio de indenização pecuniária, bônus moradia, cheque moradia, ou auxíliomoradia.

Seguem-se as costumeiras cláusulas de vigência e revogação.

Em sua justificativa, a autora conclama sus pares a aprovarem a proposta, posto que, segundo afirma, representa uma salvaguarda ás famílias de baixa renda.





# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DO DEPUTADO WELLINGTON LUIZ



No prazo regimental, não foram apresentadas emendas. É o Relatório.

#### II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 68, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete à Comissão Assuntos Fundiários- CAF analisar proposições referentes a habitação e a aquisição, administração, utilização, desafetação, afetação, alienação, arrendamento e cessão de bens públicos e desapropriações.

A realocação de população residente em áreas de risco já faz parte das políticas nacional e distrital de Defesa Civil, assim como fazem parte dessas políticas a proteção de áreas ambientalmente vulneráveis e o estímulo a iniciativas que resultem na destinação de moradia em local seguro. No Distrito Federal, poucas são as áreas consideradas de risco, ao contrário do que ocorre em cidades de relevo acidentado. A maior preocupação, no DF, é no período de chuvas, quando algumas áreas como a Fercal, a Vila Rabelo e o Sol Nascente sofrem com as enxurradas e desmoronamentos.

Até 2014, a então Secretaria de Ordem Pública e Social se ocupava do monitoramento e controle de ocupações irregulares, removendo, com frequência barracos construídos em área de risco. As famílias eram então cadastradas pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, e recebiam o auxílio-aluguel. Na atual gestão, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social tem se ocupado do cadastramento das famílias em situação de risco. Tal prática é comum e não se tem notícia de que o Estado tenha deixado desamparadas as famílias eventualmente removidas de áreas que representem riscos às suas vidas. O Estado, efetivamente, deve agir preventivamente, evitando que a famílias se instalem em áreas inadequadas ou geologicamente sensíveis.





#### CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DO DEPUTADO WELLINGTON LUIZ



A Lei nº 3.877, de 2006, que dispõe sobre a Política Habitacional no Distrito Federal, já estabelece os critérios para que as famílias de baixa renda participem dos programas habitacionais de interesse social, quais sejam: ter maioridade; residir no DF por mais de 5 anos; não ser, nem ter sido proprietário de imóvel residencial no DF; não ser usufrutuário de imóvel residencial no DF e ter renda familiar de até 12 salários mínimos.

Quanto às famílias removidas para fins de implantação de obras públicas, acreditamos que não se justifique o pagamento de indenização, pois esta é devida apenas ao legítimo proprietário do imóvel e não pode o Estado pagar duplamente por essa desapropriação. A Constituição Federal assegura apenas ao proprietário de bem imóvel, em caso de desapropriação, o direito de perceber em dinheiro o valor da "justa indenização", com natural precedência da respectiva avaliação do bem, a fim de constituí-la contemporaneamente. E são inúmeros os casos em que o Estado desapropria áreas urbanas para fins de regularização de assentamentos informais. As famílias porventura removidas de áreas em processo de regularização, por sua vez, encontram garantias legais de preferência nos programas habitacionais de regularização fundiária, conforme estabelece o § 2º do art. 2º do Decreto nº 29.072, de 2008, que regulamenta a Política Habitacional do Distrito Federal.

Assim, entendemos que o máximo que se pode fazer, em termos de legislação, é uma alteração na Lei nº 3.877, de 2006, que trata da política habitacional, para nela incluir a prioridade de atendimento ás famílias removidas das áreas de risco. Por todo o exposto, manifestamos voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 380, de 2015, no âmbito desta Comissão de Assuntos Fundiários, na forma do substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em

Deputado

Presidente

Deputado

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP 70094-902 — Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8000 www.cl.df.gov.br



#### CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DO DEPUTADO WELLINGTON LUIZ



#### SUBSTITUTIVO (DA COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS)

Altera a Lei nº 3.877, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a política habitacional do Distrito Federal.

### A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1° O § 3° do art. 3° da Lei nº 3.877, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º Será conferida prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, com pessoas com mais de sessenta anos, com pessoas com deficiência e às famílias removidas de áreas de risco."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **JUSTIFICAÇÃO**

O presente substitutivo tem por objetivo aperfeiçoar o texto da proposição original, conferindo-lhe condições de aprovação nesta e nas demais comissões. Assim, propomos incluir na Lei nº 3.877, de 2006, a prioridade de atendimento às famílias removidas de áreas de risco, assim definidas pela Defesa Civil.

Sala das Comissões, em

Deputado

Deputado

Presidente

Relator

3' SEC DIVIS	ARA LEGISLATIVA D RETARIA – DIRETORIA ÃO DE TAQUIGRAFIA E R DE TAQUIGRAFIA	O DISTRITO FEDERAL LEGISLATIVA APOIO AO PLENÁRIO	NOTAS TAQUI	GRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015 15hs20min		105ª SESSÃO OR	DINÁRIA	39

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados. Houve 1 abstenção do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Designo o Deputado Prof. Israel para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 380, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que "estabelece garantia de reassentamento às famílias removidas por estarem em situação de risco ou em decorrência de remoção em função da execução de obras públicas e de urbanização ou regularização fundiária no Distrito Federal".

O projeto de lei em tela propõe o aperfeiçoamento da legislação em vigor que trata de ocupações humanas em áreas de risco e a inclusão no dispositivo que define as prioridades do Programa Habitacional do Distrito Federal. Portanto, não se constata qualquer inobservância da proposição sob o ponto de vista financeiro, orçamentário ou de aumento de despesa pública. Trata-se apenas de garantir ao cidadão com menos recurso, que esteja ocupando áreas de risco, as mesmas garantias de outras famílias de baixa renda.

Por todo o exposto, nosso voto, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, é pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 380, de 2015, na forma do substitutivo apresentado na Comissão de Assuntos Fundiários.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Nós só temos 10 Deputados em plenário, portanto, tendo em vista a falta de quorum... Já são quase 18h. Para nós que chegamos cedo, já está tarde.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3º SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	40

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) — Mais uma maratona, não é, Deputado Wasny de Roure? O Deputado Wasny de Roure está cansado, mas está aí com ânimo ainda porque hoje a sessão da Comissão de Educação e Saúde durou três horas e meia.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — Eu suspenderei a sessão por cinco minutos para aguardar a chegada dos demais Deputados. Nós estamos fazendo esse esforço todo para votar o projeto de V.Exa.

A sessão será suspensa por cinco minutos. No decorrer dos cinco minutos, quero convidar os nobres Deputados, em especial, os que já tiveram os seus projetos votados, que possam voltar ao plenário para que a gente complete os trabalhos. Só faltam quatro itens da pauta. Alguns colegas que ficaram a tarde toda aqui para votar o projeto dos Deputados, na hora de votar os seus, não terão o *quorum*. Isso dá uma sensação de injustiça.

Portanto, alguns Deputados que se encontrem na Casa, venham. Nós teremos cinco minutos com a sessão suspensa, para terminarmos os quatro itens de pauta que faltam.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Deputado Chico Leite, peço a V.Exa., se for possível, que aguarde mais um pouquinho para que a gente possa aprovar os quatro projetos restantes. V.Exa. valeria pelos 23, mas, infelizmente, não na hora de contar.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — A Presidência vai suspender os trabalhos durante cinco minutos para alcançarmos o quorum.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 17h59hmin, a sessão é reaberta às 18h01min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está reaberta a sessão.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de quorum.)



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA



SECRETARIA LEGISLATIVA

7ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2015

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

DATA:

18/11/2015

#### LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
1	AGACIEL MAIA	PTC	1	
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1
3	CHICO LEITE	REDE	1	
4	CHICO VIGILANTE	PT		1
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1
6	CRISTIANO ARAÚJO	PTB		1
7	JUAREZÃO	PRTB		1
8	JULIO CESAR	PRB		1
9	LILIANE RORIZ	PRTB		1
10	LIRA	PHS	1	
11	LUZIA DE PAULA	REDE	1	
12	PROF. ISRAEL	PV	1	
13	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1	
14	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	10.0	1
15	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	1	
16	RICARDO VALE	PT	1	
17	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		1
18	RODRIGO DELMASSO	PTN	1	
19	ROOSEVELT VILELA	PSB		1
20	SANDRA FARAJ	SD		1
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1	
22	WASNY DE ROURE	PT	1	
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1
24	CELINA LEÃO	PDT	1	
	RESULTADO			12

100	QUÓRUM				
12	PRESENTES				
12	AUSENTES				
24	SOMATÓRIO				

SECRETÁRIO DA SESSÃO

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3º SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 11 2015	15hs20min	105ª SESSÃO O	RDINÁRIA	41

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) — Estão presentes 12 Deputados, não havendo, portanto, *quorum* regimental. Estamos sem condições de continuar a deliberar sobre a matéria.

Declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h03min.)